

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA
 CNPJ nº 62.331.228/0001-11
 Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º e 14º andares - CEP 04538-132
 São Paulo - SP
 Ouvidoria: 0800-725-2113



Demonstrações Financeiras

Continuação...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 - (Em milhares de reais)

e. Operações de crédito
 As operações de crédito estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.
 As operações são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira.
 As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.
 As operações de venda e transferência de ativos financeiros com retenção substancial de todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da transação são registradas e demonstradas conforme determina a Resolução CMN nº 3.533/08, que está em vigor desde 1º de janeiro de 2012, conforme Resolução CMN nº 3.895/10 do BACEN:
 i) Os ativos financeiros objeto de venda ou transferência permanecem integralmente no ativo;
 ii) Os valores recebidos ou a receber são computados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida;
 iii) As receitas e as despesas são apropriadas mensalmente ao resultado do exercício pelo prazo remanescente das operações de acordo com as taxas contratuais pactuadas; e
 iv) Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do exercício, pelo prazo remanescente da operação.
 Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 houve compras de ativos financeiros, conforme descrito na nota 10b.

f. Provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa
 A provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante julgado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização de operações de empréstimos, financiamentos, repasses e adiantamentos sobre contratos de câmbio. Foram observadas as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99.

g. Saldos em moeda estrangeira
 Os valores (ativos e passivos) em moedas estrangeiras estão atualizados às taxas oficiais de câmbio em vigor na data do encerramento do exercício e são acrescidos de encargos contratuais atualizados pro rata dia.

h. Investimentos
 Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e os demais investimentos estão registrados ao valor de custo, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável.

i. Imobilizado
 Até dezembro de 2016 o ativo imobilizado era demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. As principais taxas anuais eram de 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens.
 A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados estão sendo reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil o período de tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo.

j. Passivos circulante e exigível a longo prazo
 Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base pro rata dia) e cambiais incorridos. As provisões para contingências, de qualquer natureza, são reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito da ação e a opinião de seus consultores jurídicos. As contingências são registradas de acordo com o estabelecido pelo CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09. A provisão é considerada suficiente para cobrir prováveis perdas que possam ser incorridas pelo Banco.

k. Imposto de renda e contribuição social
 A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre determinados limites, e inclui, quando aplicável, incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de imposto de renda.
 Em outubro de 2015, a Medida Provisória nº 675/15 foi convertida na Lei nº 13.169/15, a qual aumenta a alíquota da CSLL das instituições financeiras de 15% para 20% no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018. A partir de 1º de janeiro de 2019, a alíquota da CSLL volta a ser de 15%.
 Em 31 de dezembro de 2018, os créditos tributários de CSLL estão registrados a 15%, em função do término dos efeitos temporários trazidos pela Lei nº 13.169/15, que elevou a alíquota da contribuição social de 15% para 20% até 31 de dezembro de 2018. De acordo com as Resoluções CMN nºs 3.059/02 e 3.355/06 e a Circular BACEN nº 3.171/03, tais valores são reconhecidos considerando a expectativa de sua realização, com base na geração de lucros tributáveis futuros.

l. Redução do valor recuperável de ativos "impairment"
 O CPC 01, conforme recepcionado pela Resolução CMN nº 3.566/08, dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos "impairment".
 De acordo com a Resolução, os ativos são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.
 Uma perda por "impairment" ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado. A Administração avalia anualmente os ativos para fins de "impairment".

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Os lastros que compõem o saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstrados a seguir:

	2018	2017
Notas do Tesouro Nacional - Série B	1.517.439	-
Letras do Tesouro Nacional	350.103	2.119.391
Letras Financeiras do Tesouro	603.996	1.940.253
Total de aplicações em operações compromissadas	2.471.538	4.059.644
Aplicações em moeda estrangeira	9.137	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	38.238	103.840
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	2.518.913	4.163.484

Aplicações interfinanceiras de liquidez por faixas de vencimento	2018			
	Valor contábil atualizado	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Aplicações em operações compromissadas	4.059.644	4.059.644	-	4.059.644
Letras do Tesouro Nacional	2.119.391	2.119.391	-	2.119.391
Letras Financeiras do Tesouro	1.940.253	1.940.253	-	1.940.253
Total em aplicações mercado aberto	4.059.644	4.059.644	-	4.059.644
Aplicações interfinanceiras	103.840	18.655	85.185	103.840
Depósitos interfinanceiros	103.840	18.655	85.185	103.840
Total aplicações interfinanceiras de liquidez	4.163.484	4.078.299	85.185	4.163.484

Moeda estrangeira	2018			
	Custo atualizado	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Moeda estrangeira	9.137	9.137	-	9.137
Depósitos interfinanceiros	38.238	4.780	33.458	38.238
Total aplicações interfinanceiras de liquidez	2.518.913	2.485.455	33.458	2.518.913

Aplicações interfinanceiras de liquidez por faixas de vencimento	2017			
	Valor contábil atualizado	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Aplicações em operações compromissadas	4.059.644	4.059.644	-	4.059.644
Letras do Tesouro Nacional	2.119.391	2.119.391	-	2.119.391
Letras Financeiras do Tesouro	1.940.253	1.940.253	-	1.940.253
Total em aplicações mercado aberto	4.059.644	4.059.644	-	4.059.644
Aplicações interfinanceiras	103.840	18.655	85.185	103.840
Depósitos interfinanceiros	103.840	18.655	85.185	103.840
Total aplicações interfinanceiras de liquidez	4.163.484	4.078.299	85.185	4.163.484

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A carteira de títulos e valores mobiliários apresentada no balanço patrimonial está classificada de acordo com os critérios estabelecidos na Circular BACEN nº 3.068/01.
 Os títulos públicos federais estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).
 O valor de mercado dos títulos públicos representa o fluxo de caixa futuro descontado ao valor presente pelas taxas divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ABRAMEF).
 Os quadros apresentados a seguir, consideram, para efeito de segregação por prazo, o vencimento de cada título.

Títulos e valores mobiliários por tipo disponível para venda	2018		2017	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Letras do Tesouro Nacional	712.604	716.431	638.369	638.836
Letras Financeiras Tesouro	100.053	100.040	-	-
Títulos dados em garantias de operações em câmara de liquidação e compensação	32.256	32.256	30.322	30.322
Total	844.913	848.727	668.691	669.158

Disponível para venda	2018				
	Custo atualizado	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Letras do Tesouro Nacional	712.604	99.975	428.873	187.583	-
Letras Financeiras Tesouro	100.053	-	-	100.040	-
Títulos dados em garantias de operações em câmara de liquidação e compensação	32.256	-	-	32.256	32.256
Total	844.913	99.975	428.873	287.623	32.256

Disponível para venda	2017			
	Custo atualizado	De 3 a 12 meses	Acima de 3 anos	Total
Letras do Tesouro Nacional	638.369	638.836	-	638.836
Títulos dados em garantia de ops em câmaras de liquidação e compensação	30.322	-	30.322	30.322
Total	668.691	638.836	30.322	669.158

b. Composição por modalidade e vencimento

Vencimento / Produto	Capital de giro	Financiamento		Conta garantida	Outros empréstimos e créditos (2)	Recebíveis / Títulos créditos a receber	ACC / ACE	Títulos descontados	
		importação/exportação (1)	CCB					2018	2017
Vencidos	-	-	-	-	-	623	-	623	5.748
A vencer até 30 dias	16.706	-	-	18.168	227	207.887	26.641	6.020	275.649
De 31 a 60 dias	54.069	-	-	27.120	947	153.462	52.743	8.530	296.871
De 61 a 90 dias	16.134	-	16.209	51.013	259	56.455	14.211	117	154.398
De 91 a 120 dias	6.343	-	1.076	3.530	163	40.845	30.135	3.434	85.526
De 121 a 180 dias	60.032	-	40.494	33.360	63	18.236	12.220	7.520	171.925
De 181 a 360 dias	79.821	-	78.986	10.735	17	-	2.140	19.631	191.330
Acima de 361 dias	70.791	-	23.906	-	-	-	-	44.484	142.580
Total	303.896	160.671	3.399	143.926	1.676	477.508	138.090	89.736	1.318.902

(1) Repasse sob a Resolução CMN nº 3.844/10: R\$ 119.548 (2017 - R\$ 633.423) / Financiamento à importação e exportação: R\$ 0 (2017 - R\$ 82.737) e COMPROM: R\$ 41.123 (2017 - R\$ 81.135).
 (2) Rendas ACC/ACE: R\$ 1.676 (2017 - R\$ 1.709) / créditos por avais e fianças: R\$ 0 (2017 - R\$ 1.368).

c. Distribuição dos produtos de crédito por atividade econômica

Atividade Econômica / Produto	Capital de giro	Financiamento		Conta garantida	Outros empréstimos e créditos	Recebíveis / Títulos créditos a receber	ACC / ACE	Títulos descontados	
		importação/exportação	CCB					2018	2017
Mineração	20.210	-	-	-	-	-	-	20.210	648.061
Siderurgia e metalurgia	12.939	-	-	-	-	144	-	13.083	80.933
Agropecuário	-	-	-	-	153	-	18.400	-	18.553
Comércio	2.002	16.896	3.399	23.451	889	11.454	32.225	90.316	96.549
Alimentos e bebidas	-	74.732	-	-	-	336.281	-	411.013	220.309
Máquinas e equipamentos	131.582	3.469	-	35.102	446	6.557	24.579	201.735	201.704
Químico e petroquímico	66.243	24.227	-	58.406	-	8.234	-	157.110	254.462
Telecomunicações	40.176	40.271	-	26.451	-	58.037	-	164.935	204.776
Transportes	430	-	-	-	-	-	-	430	429
Eletroeletrônicos	3.126	1.076	-	24	-	673	-	89.736	94.635
Automotivo	22.224	-	-	-	80	56.128	44.227	122.559	117.273
Construção e imobiliário	4.964	-	-	-	106	-	17.116	22.186	55.169
Transportes	-	-	-	492	2	-	1.543	2.037	19.104
Total	303.896	160.671	3.399	143.926	1.676	477.508	138.090	89.736	1.318.902

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
 A utilização de instrumentos financeiros tem por objetivo principal proporcionar aos clientes proteção contra eventuais riscos provenientes de oscilações de moeda e de taxa de juros. Além disso, estes instrumentos são utilizados pelo Banco na administração diária dos riscos assumidos em suas operações proprietárias.
 O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, considerando as taxas divulgadas pela B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) ou agente de mercado, quando necessário.
 Para a obtenção destes valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

Futuros e termo: cotações extraídas da B3;
Swap: estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas pontas, utilizando preços da B3, descontando a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da B3;
 Os saldos decorrentes dessas operações são registrados em conta de compensação e patrimonial, conforme regra específica do Banco Central do Brasil.
 Demonstramos a seguir a composição da carteira de derivativos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Instrumentos financeiros derivativos por modalidade	Valor de referência	Ativo		Passivo	
		Curva	Mercado	Curva	Mercado
Swaps	1.019.241	12.483	12.460	(154.577)	(157.305)
Swaps locais	1.019.241	12.483	12.460	(154.577)	(157.305)
Futuros	8.470.660	-	-	-	-
US\$ - compra	4.912.589	-	-	-	-
US\$ - venda	370.768	-	-	-	-
DI - compra	801.630	-	-	-	-
DI - venda	2.385.673	-	-	-	-
Operações a termo	4.037.767	78.786	80.176	(66.608)	(65.747)
Moedas e Commodities (NDF)	4.037.767	78.786	80.176	(66.608)	(65.747)
Total	13.527.668	91.269	92.636	(221.185)	(223.052)

Instrumentos financeiros derivativos por modalidade	Valor de referência	Ativo		Passivo	
		Curva	Mercado	Curva	Mercado
Swaps	1.887.149	200.932	194.902	(117.124)	(102.503)
Swaps locais	1.887.149	200.932	194.902	(117.124)	(102.503)
Futuros	8.668.512	-	-	-	-
US\$ - compra	5.359.561	-	-	-	-
US\$ - venda	82.525	-	-	-	-
DI - compra	689.786	-	-	-	-
DI - venda	2.536.640	-	-	-	-
Operações a termo	2.898.366	9.665	10.279	(30.705)	(28.891)
Moedas e Commodities (NDF)	2.898.366	9.665	10.279	(30.705)	(28.891)
Total	13.454.027	210.597	205.181	(147.829)	(131.394)

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados e custodiados na B3;

Instrumentos financeiros derivativos por faixas de vencimento	2018				
	Valor de mercado	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Ativo					
Swaps	193	12.267	-	-	12.460
Operações a termo	31.177	35.848	13.151	-	80.176
Total	31.370	48.115	13.151	-	92.636
Passivo					
Swaps	(468)	-	-	(156.837)	(157.305)
Operações a termo	(47.234)	(17.591)	(922)	-	(65.747)
Total	(47.702)	(17.591)	(922)	(156.837)	(223.052)

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA
 CNPJ nº 62.331.228/0001-11
 Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º e 14º andares - CEP 04538-132
 São Paulo - SP
 Ouvidoria: 0800-725-2113



Demonstrações Financeiras

Continuação...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 - (Em milhares de reais)

d. Composição por faixa de vencimento e níveis de risco

	Classificação de risco				2018	2017
	AA	A	B	H		
Vencidos até 30 dias.....	-	-	623	-	623	5.748
A vencer até 30 dias.....	262.654	-	12.995	-	275.649	292.682
De 31 a 60 dias.....	281.380	2.553	12.939	-	296.872	270.836
De 61 a 90 dias.....	151.655	2.735	7	-	154.397	98.585
De 91 a 120 dias.....	80.202	5.325	-	-	85.527	91.764
De 121 a 180 dias.....	171.227	698	-	-	171.925	221.951
De 181 a 360 dias.....	125.735	48.025	17.570	-	191.330	210.169
Acima de 361 dias.....	139.180	-	-	3.399	142.579	731.366
Total.....	1.212.033	59.336	44.134	3.399	1.318.902	1.923.101
% Provisão.....	-	0,50%	1,00%	100,00%	-	-
Provisão.....	-	(297)	(441)	(3.399)	(4.137)	(8.062)

e. Composição por modalidade de operação e níveis de risco

	Classificação de risco				2018	2017
	AA	A	B	H		
Financiamento à importação / exportação.....	101.380	43.740	15.551	-	160.671	797.295
ACC / ACE.....	138.090	-	-	-	138.090	183.579
Recebíveis.....	473.543	-	3.965	-	477.508	343.469
CCB.....	-	-	-	3.399	3.399	1.814
Conta garantida.....	132.248	-	11.678	-	143.926	163.399
Capital de giro.....	275.360	15.596	12.940	-	303.896	362.920
Títulos descontados.....	89.736	-	-	-	89.736	67.548
Outros empréstimos.....	1.676	-	-	-	1.676	3.077
Total.....	1.212.033	59.336	44.134	3.399	1.318.902	1.923.101

f. Concentração das operações de crédito

	Saldo 2018	% Carteira	Saldo 2017	% Carteira
10 maiores emittentes/clientes.....	728.324	55,22	1.282.557	66,69
50 seguintes maiores emittentes/clientes.....	576.328	43,70	630.221	32,77
100 seguintes maiores emittentes/clientes.....	14.250	1,08	10.323	0,54
Total.....	1.318.902	100,00	1.923.101	100,00

9. OUTROS CRÉDITOS / OBRIGAÇÕES - CARTEIRA DE CÂMBIO

	2018		2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Obrigações por compra de câmbio.....	-	1.844.957	-	2.143.006
Câmbio comprado a liquidar.....	1.849.128	-	2.185.232	-
Direitos sobre venda de câmbio.....	2.288.567	-	1.980.281	-
Câmbio vendido a liquidar.....	-	2.291.439	-	2.000.691
Cambiais e documentos a prazo - moedas estrangeiras.....	-	-	9.463	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos.....	1.676	-	1.709	-
Adiantamentos em moeda estrangeira recebidos.....	(9.303)	-	(4.293)	-
Adiantamentos sobre contrato de câmbio.....	-	(138.090)	-	(183.578)
Total.....	4.130.068	3.998.306	4.172.392	3.960.119

10. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2018	2017
Devedores diversos - Depósitos judiciais (a).....	469.003	440.610
Títulos e créditos a receber:		
- Com característica de crédito (b).....	477.508	343.469
- Sem característica de crédito (c).....	-	1.666
Créditos tributários (nota 11).....	189.631	209.427
Imposto de renda a compensar.....	20.157	52.920
Serviços prestados a receber - empresas exterior (d).....	66.704	67.237
Adiantamentos, antecipações salariais e outros.....	16.331	18.096
Total.....	1.239.334	1.133.425

(a) Segue composição do saldo de depósitos judiciais:

	2018	2017
Tributação MTM sobre operações de mercado futuro.....	244.489	238.677
Demandas ISS.....	18.892	16.928
Depósitos previdenciários.....	134.915	130.840
Depósitos judiciais trabalhistas e cíveis.....	851	3.213
Demandas COFINS.....	33.715	16.051
Outras demandas tributárias.....	36.141	34.901
Total.....	469.003	440.610

(b) Refere-se à compra de recebíveis sem coobrigação no montante de R\$ 323.889 (2017 - R\$ 206.984); a operação de "Supplier finance" no montante de R\$ 153.619 (2017 - R\$ 111.531); operações de confissão de dívida de empresa do ramo de calçados no montante de R\$ 19.210 em 2017 e as operações de Adiantamento de Contrato de Câmbio vencidas e não liquidadas no montante de R\$ 5.744 em 2017.

(c) Em 2017 refere-se a valores de operações de "Swaps" vencidas a receber no montante de R\$ 1.666. A expectativa de perda deste montante foi apurada por meio do ajustamento de avaliação de crédito ("Credit Valuation Adjustment").

(d) Representa o valor a receber do contrato de prestação de serviços firmado com as coligadas do grupo no exterior, em virtude do registro de operações fechadas globalmente, com registro nas respectivas localidades (nota 17).

11. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E IMPOSTOS DIFERIDOS

Segue composição dos valores ativos e passivos relacionados ao diferimento de tributos:

	2018			2017		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Crédito Tributário (a)						
Diferenças temporárias.....	50.642	30.358	81.000	41.758	33.407	75.165
Crédito Tributário	50.642	30.358	81.000	41.758	33.407	75.165
Crédito Tributário						
Prejuízo fiscal / base negativa.....	62.591	46.040	108.631	68.368	65.894	134.262
Total.....	62.591	46.040	108.631	68.368	65.894	134.262

a. Créditos Tributários

Movimentação dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias:

	dez/17	Constituição	(Realização)	dez/18
Diferenças temporárias (1).....	-	-	-	-
Imposto de renda.....	41.758	15.745	(6.861)	50.642
Contribuição social.....	33.407	8.860	(11.909)	30.358
Total.....	75.165	24.605	(18.770)	81.000

(1) Constituído sobre diferenças temporárias oriundas de processos judiciais (para os quais a expectativa de realização depende de decisão judicial), e de provisão para créditos de liquidação duvidosa, os quais dependem de pagamentos de dívidas pelas clientes.

Movimentação dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa:

	dez/17	Constituição	(Realização)	dez/18
Prejuízo fiscal e base negativa.....	68.368	1.723	(7.500)	62.591
Imposto de renda.....	65.894	1.842	(21.696)	46.040
Contribuição social.....	134.262	3.565	(29.196)	108.631

Expectativa de realização:

O montante de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa constituído com 2018 totalizou R\$ 108.631 (2017 - R\$ 134.262). A expectativa de realização desta modalidade de crédito tributário está vinculada a geração de resultados futuros e com planejamento feito pela Administração. Baseado nos resultados projetados, a realização ocorrerá em até 4 anos, sendo sua dedutibilidade distribuída da seguinte forma (% sobre o montante total do crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa) 2019 - 16,35%; 2020 - 28,50%; 2021 - 34,80%; 2022 - 20,35%.

O valor presente de créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, descontados ao custo de capital projetado, monta em R\$ 160.308 (2017 - R\$ 156.609).

Efeito em resultado

Segue quadro demonstrativo do efeito em resultado, oriundo dos registros de créditos tributários e impostos diferidos:

	Outras Diferenças		Ajuste ao valor		Efeito líquido
	Prejuízo Fiscal	Diferenças temporárias	de mercado	de mercado	
Imposto de renda.....	(5.777)	8.884	-	3.107	-
Contribuição social.....	(9.854)	(8.049)	-	(22.903)	-
Efeito em 2018.....	(25.631)	5.835	-	(19.796)	-
Efeito em 2017 (*).....	(15.747)	3.204	-	(12.543)	-

(*) A diferença entre o resultado líquido em 2018 e o resultado do ativo fiscal diferido apresentado nas demonstrações de resultados refere-se a contabilização no patrimônio líquido do ajuste de avaliação patrimonial líquida dos efeitos tributários dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda, conforme Circular BACEN nº 3.068/01.

12. DEPÓSITOS A PRAZO E INTERFINANCEIROS

(a) Os depósitos a prazo são compostos por valores indexados ao CDI-B3, com percentual entre 74% e 101,5% (2017 - entre 70% e 101,5%) e CDBs prefixados de 9,62% a.a. a 13,22% a.a. em 2017. Segue abertura por prazo de vencimento:

	2018	2017
Depósitos a prazo		
Faixas de vencimento		
Até 3 meses.....	505.916	645.090
3 a 12 meses.....	738.562	1.164.905
1 a 3 anos.....	141.437	771.696
3 a 5 anos.....	-	59
5 a 15 anos.....	-	4.592
Total.....	1.385.915	2.586.342

(b) Os depósitos interfinanceiros são compostos por valores indexados ao CDI-B3, com percentual de 78% (2017 - 100%). Segue abertura por prazo de vencimento:

	2018	2017
Depósitos interfinanceiros		
Faixas de vencimento		
Até 3 meses.....	8.002	-
3 a 12 meses.....	-	108.889
Total.....	8.002	108.889

13. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	2018		2017	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por tomadas de linha (a).....	1.146.998	-	1.620.840	-
Obrigações por empréstimos no exterior (c).....	74.732	-	207.348	-
Financiamentos à exportação (b).....	200.420	-	21.220	612.550
Financiamentos à importação.....	-	-	82.738	-
Total.....	1.422.150	-	1.932.146	612.550

(a) Referem-se às operações de curto prazo de "interbank" com DB New York, em Dólar, com taxa máxima de até 2,46% ao ano e vencimentos até janeiro de 2019.

(b) Referem-se às captações com o DB Frankfurt e DB New York, principalmente em Euro e Dólar, com taxa de juros de até 3,36% ao ano e vencimentos até agosto de 2019.

(c) Referem-se basicamente às captações com DB Frankfurt e DB New York, em Euro e Dólar, com taxa de juros de até 3,43% e vencimentos até setembro de 2019.

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2018	2017
Circulante:		
Impostos e contribuições a recolher (IR fonte, ISS, etc.).....	12.323	11.632
Impostos e contribuições correntes sobre lucros.....	23.325	35.579
	35.648	47.211
Não Circulante:		
Impostos e contribuições sobre lucros - incontroverso (nota 16).....	199.703	195.021
Total.....	235.351	242.232

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	2018	2017
Circulante:		
Despesas de pessoal.....	25.316	16.812
Despesas administrativas.....	14.588	9.601
Provisões sobre garantias prestadas (nota 8).....	2.181	2.987
Passivo atuarial.....	15.435	13.282
Contas a pagar.....	4.883	583
	62.403	43.265
Não Circulante:		
Despesas de pessoal.....	50.143	78.305
Provisões sobre garantias prestadas (nota 8).....	1.525	-
Riscos fiscais e administrativos (nota 16).....	195.536	189.882
Passivos contingentes (nota 16).....	7.804	13.949
	255.008	282.136
Total.....	317.411	325.401

16. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversas instâncias judiciais e órgãos governamentais, nos quais se discutem alguns assuntos decorrentes do curso de suas atividades, tais como questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outros aplicáveis.

Contingências classificadas com risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como demonstrado a seguir:

	Saldo em dez/17	Adição à provisão	Reversão resultado	Reversão depósito/ pagamento	Atualização monetária	Saldo em dez/18
Fiscais						
IR/CS (a).....	243.212	-	-	-	5.952	249.164
INSS (b).....	127.996	-	-	-	4.015	132.011
CSLL.....	12.164	-	-	-	369	12.533
Outros.....	781	-	-	-	-	781
Total fiscais.....	384.153	-	-	-	10.336	394.489
Trabalhistas	13.676	253	(5.557)	(1.561)	956	7.767
Cíveis/ Créditos						
Tributário (c).....	36	-	(237)	-	-	37
Administrativo (d).....	750	-	-	-	-	750
Total provisões.....	398.852	253	(5.794)	(1.561)	11.293	403.043

(a) Trata-se de ação judicial movida pelo Banco onde é questionada a forma de tributação sobre a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. Esta ação encontra-se totalmente provisionada e também depositada judicialmente conforme descrito na nota 10.

Em novembro de 2009 o Banco aderiu ao programa de anistia do Governo Federal, tendo como base o efeito tributário oriundo das atualizações ao valor de mercado, sendo que os efeitos contábeis serão produzidos após o deferimento judicial.

Em junho de 20

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA
 CNPJ nº 62.331.228/0001-11
 Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º e 14º andares - CEP 04538-132
 São Paulo - SP
 Ouvidoria: 0800-725-2113



Demonstrações Financeiras

Continuação...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 - (Em milhares de reais)

b. Remuneração do Pessoal-Chave da Administração
b.1 Definição de pessoal-chave da Administração: Tendo em vista a participação e as decisões tomadas, consideramos pessoal-chave os integrantes da Administração do Banco.
b.2 Política: O Banco possui uma política global de remuneração de funcionários, composta por parcelas fixa e variável. Essa política está baseada em alguns fatores, destacando-se entre eles, o resultado global do grupo e a performance individual de cada funcionário.
b.3 Benefícios de curto prazo:

	2018	2017
Remuneração fixa	11.383	9.963
Remuneração variável (curto prazo)	1.416	2.609
Encargos trabalhistas	4.441	4.363

b.4 Benefícios de longo prazo:

	2018	2017
Remuneração variável (longo prazo)	1.583	2.530
Encargos trabalhistas	549	878

b.5 Outras informações: conforme legislação em vigor, as instituições não podem conceder empréstimos para os membros da Administração e seus respectivos familiares, bem como às pessoas físicas e jurídicas e as ligadas. Adicionalmente, informamos que não existem quaisquer outras transações entre o pessoal-chave e a entidade e também que o pessoal-chave da Administração possui participação no fundo de pensão MULTIPREV (fundo multipatrocinado).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social
 O capital social está totalmente integralizado e se divide em 801.494.530 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b. Prejuízos acumulados / Reserva estatutária
 O prejuízo acumulado refere-se ao resultado auferido no exercício. Os lucros auferidos nos últimos exercícios foram transferidos para reserva estatutária.

c. Ajustes de avaliação patrimonial
 Os saldos de ajustes de avaliação patrimonial, registrados no patrimônio líquido, referem-se aos ganhos/perdas não realizadas, deduzidos dos efeitos tributários, do ajuste a valor de mercado dos títulos classificados em disponível para venda no montante de R\$ 2.038, do ajuste atuarial de R\$ (1.956) e baixa do ajuste de variação cambial sobre investimento no exterior no montante de R\$ 2.647.

d. Dividendos e juros sobre capital próprio
 O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% sobre o lucro líquido ajustado na forma da legislação pertinente. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram distribuídos dividendos e JCP.

e. Limites de patrimônio - Implementação da Basileia III
 Através de um pacote de medidas, publicadas desde 2006, o CMN e o BACEN regulamentaram o cálculo de requerimento mínimo de capital baseados no acordo de Basileia. A seguir é apresentado o resumo dos efeitos dos requerimentos desses acordos.

	2018	2017
Risco operacional	64.964	84.478
Risco de crédito	307.807	374.071
Risco de moeda/cambial	86.078	2.970
Risco de juros	103.524	99.425
Total Patrimônio Líquido exigido - PLE	562.373	560.944
Patrimônio referência	1.485.171	1.494.276
Margem para limite Basileia	922.798	933.332
Percentual de utilização	37,87%	37,54%
Índice Basileia	22,78%	24,64%
RBAN	15.801	10.115
Razão de alavancagem *	15,93%	15,64%

(*) A razão de alavancagem passou a ser requerida pelo Banco Central a partir de outubro de 2015.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2018	2017	2018	2017
Resultado antes da tributação e das participações estatutárias no resultado	48.956	134.459	48.956	134.459
(-) Participação Estatutária	(16.933)	(19.004)	(16.933)	(19.004)
Resultado antes da tributação e dos juros sobre capital próprio	32.023	115.455	32.023	115.455
Efeitos marcação a mercado	29.991	(6.611)	29.991	(6.611)
Adições / (exclusões) permanentes liquidadas	5.324	10.561	5.324	2.268
Adições / (exclusões) temporárias liquidadas	9.692	(4.099)	7.775	(4.099)
Base de cálculo	77.030	115.306	75.113	107.013
Compensação com prejuízo fiscal e base negativa	(23.109)	(36.099)	(22.334)	(33.611)
Base de cálculo após compensações	53.921	79.207	52.779	73.402
Impostos correntes	(13.801)	(20.212)	(10.879)	(15.685)
Incentivos fiscais / IR Agência	363	318	363	-
Ativo fiscal diferido	1.573	(10.446)	(20.255)	(7.858)
Resultado de imposto de renda e contribuição social no período	(11.865)	(30.340)	(30.771)	(23.543)

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. O Banco possui compromissos por garantias prestadas, conforme segue:

	2018	2017
Beneficiários de garantias prestadas	2.615.604	1.988.745
Créditos de exportação confirmados	67.233	92.760
Créditos abertos para importação	429.450	302.428
Total	3.112.287	2.383.944

b. O saldo de disponibilidades refere-se, substancialmente, ao saldo em conta-corrente em bancos no exterior.
c. Receitas de prestação de serviços são compostas por:

	2º semestre 2018	Exercício 2018	
	2018	2018	2017
Serviços prestados às empresas relacionadas	45.125	87.805	114.227
Serviços de custódia	5.721	10.094	9.495
Rendas de garantias prestadas	6.298	12.548	15.872
Comissão de estruturação	881	2.111	2.496
Rendas de assessoria técnica	-	2.223	6.238
Outras	786	2.120	2.055
Total	58.811	116.901	150.383

d. De acordo com o CPC3 homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15, a partir de 1º de janeiro de 2016, o Banco constituiu provisões sobre benefícios pós-emprego caracterizados como benefícios de término de vínculo empregatício, os quais reconhecidos como uma despesa quando o Banco não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando reconhece os custos de uma reestruturação. Caso os pagamentos sejam liquidados após 12 meses da data do balanço, os mesmos são descontados aos seus valores presentes, sendo esses:

- Seguro saúde: Trata-se da provisão do direito dos funcionários, após a aposentadoria, de serem mantidos como beneficiários do plano de saúde do Banco, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência do seu contrato de trabalho (Lei 9.656/98 artigos 30 e 31). A provisão constituída sobre essa modalidade foi de R\$ 21.205 (2017 - R\$ 15.025).
- Fundo Garantidor por Tempo de Serviços (FGTS): Trata-se da provisão da multa de 50% do FGTS, sendo 40% assegurada aos funcionários demitidos ou aposentados. A provisão constituída sobre essa modalidade foi de R\$ 7.815 (2017 - R\$ 3.423).
- O Banco, em conjunto com seus colaboradores, patrocina o fundo de pensão MULTIPREV (fundo multipatrocinado), que tem como principal objetivo a suplementação de benefícios concedidos pela Previdência Social aos participantes e beneficiários. Os planos de benefícios mantidos pelo Banco são, basicamente, da modalidade de contribuição definida, sendo que também existe uma pequena parcela da modalidade de benefício definido. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, data da última reavaliação disponível, sendo esta anual, o plano de benefícios do Banco não apresentou déficit e nem superávit.

e. Outras despesas administrativas são compostas por:

	2º semestre 2018	Exercício 2018	
	2018	2018	2017
Serviços técnicos especializados	(10.879)	(19.610)	(19.995)
Processamento de dados	(7.743)	(14.669)	(13.530)
Comunicação	(4.186)	(8.097)	(8.294)
Seguros	(2.060)	(3.320)	(2.700)
Serviços do sistema financeiro	(4.946)	(9.536)	(9.007)
Aluguéis	(3.047)	(5.171)	(6.311)
Depreciação e amortização	(1.205)	(2.624)	(6.629)
Viagens	(1.184)	(2.702)	(3.741)
Serviços de terceiros	(1.235)	(2.494)	(3.022)
Manutenção e conservação de bens	(3.454)	(6.110)	(3.768)
Publicidade e propaganda	(1.155)	(303)	(524)
Outras	(1.369)	(3.639)	(5.164)
Total	(41.463)	(78.275)	(82.685)

f. Outras receitas operacionais são compostas por:

	2º semestre 2018	Exercício 2018	
	2018	2018	2017
Atualização de depósitos judiciais	6.787	13.120	20.529
Rendas de recebíveis	12.517	20.742	14.194
Atualização taxa Selic - tributos	75	426	2.132
Renda de atualização de títulos e créditos a receber	-	810	7.015
Reversão de provisão sobre remuneração	453	843	8.635
Variação cambial sobre valores a receber	(1.245)	6.954	9.288
Dividendos sobre investimentos - ações e quotas	26	51	-
Outras	420	1.510	4.553
Total	19.033	44.456	66.346

g. Outras despesas operacionais são compostas por:

	2º semestre 2018	Exercício 2018	
	2018	2018	2017
(Despesas) / Reversões sobre processos judiciais	1.090	3.529	(4.061)
Variação monetária sobre processos judiciais	(5.406)	(11.036)	(17.563)
Serviços prestados por empresas no exterior (nota 17)	(1.281)	(2.663)	(2.383)
Despesas sobre fianças	(1.155)	(481)	(4.005)
Outras	(990)	(1.304)	(649)
Total	(7.068)	(13.515)	(28.661)

h. Resultado de operações de câmbio:

	2º semestre 2018	Exercício 2018	
	2018	2018	2017
Receitas / (despesas) com variação cambial	37.762	38.745	141.068
Receitas com exportação, importação e financeiro	5.874	13.136	15.360
Outras	(2.888)	(3.510)	(1.940)
Total	40.748	48.371	154.488

i. Os valores do caixa e equivalentes de caixa, apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa, são compostos conforme segue:

	2018	2017
Disponibilidades e reservas no Banco Central	276.600	261.310
Aplicações em operações compromissadas	2.471.538	4.059.644
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	2.748.138	4.320.954

j. Operações ativas vinculadas - Resolução nº 2.921/02
 O Banco possuía operação enquadrada como operação ativa vinculada no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmadas com pessoas jurídicas, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes com as quais possuía essa modalidade de acordo. O montante total dos créditos cobertos por essa modalidade era de R\$ 612.550 em 2017. A operação classificada nesta modalidade foi liquidada antecipadamente em 16 de agosto de 2018, não havendo operações em aberto em dezembro de 2018.

	2018	2017
Receita	30.356	82.552
Despesa	(30.356)	(82.052)
Resultado líquido	-	-

k. Acordo de compensação e liquidação de obrigações - Resolução nº 3.263/05
 O Banco possui operações com acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do SFN, firmadas com pessoas jurídicas, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes com as quais possuía essa modalidade de acordo. Seguem os montantes cobertos por essa modalidade:

	2018	2017
Ativo - Exposição	123.698	236.637
Passivo - Garantidor	(30.417)	(117.976)
Resultado líquido	93.281	118.661

21. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Visando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) quanto à adequação aos princípios de Basileia III (Pilar 3), o qual tem por objetivo fornecer informações sobre prática no gerenciamento de riscos e os índices de capital regulatório requerido, o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão (DBSA), doravante denominados nesta nota como Banco, apresenta as seguintes informações, administrativas e de pessoal, considerando o cronograma delineado pelos reguladores, para obtenção de dados qualitativos e quantitativos utilizados nos cálculos e análises dos Riscos de Crédito, Mercado, Risco de taxa de juros no Banking Book (IRBB - Interest rate risk in the banking book), Liquidez, Operacional, Reputacional e Socioambiental. Mensalmente são realizadas reuniões de comitês específicos para acompanhamento e avaliação dos riscos, com o objetivo de identificar a eficácia dos controles mitigadores de riscos, bem como a aderência dos procedimentos às normas instituídas, internas e externas. Esses processos buscam adequar as melhores práticas de alocação dos recursos em ativo e passivo administrados pelo Banco, concomitantemente com os melhores princípios de gerenciamento de riscos e controles internos, inclusive quantificando a alocação de capital que assegure a manutenção e expansão das áreas de Negócios da Instituição. Tais procedimentos, em conjunto com processos continuados de aprimoramento dos controles internos, têm como objetivo subsidiar a Alta Administração, Órgãos Supervisores, auditorias e clientes do Banco, com informações que delineiam o gerenciamento de riscos e controles internos, baseada em políticas, normas e instrumentos implementados pela Administração, bem como nos preceitos normativos vigentes determinados pelas Autoridades Monetárias. A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos está disponível no site do Banco. Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557 o Banco segue uma abordagem integrada de gestão de risco que garante consistência no padrão de gestão de risco, permitindo a adaptação a requisitos específicos de cada tipo de risco.

a. Risco Operacional
 A estrutura de gerenciamento de risco operacional adotada pelo Banco prevê os procedimentos para identificação, avaliação, mitigação, monitoramento e controle de risco operacional. O Banco possui uma base histórica de eventos operacionais, bem como manuais de procedimentos e indicadores de performance, que proporcionam o controle dos eventos e a adequada alocação de capital.

b. Risco de mercado e Risco de taxa de juros no Banking Book
 A estrutura de gerenciamento compreende práticas e responsabilidades, organização e processos, metodologias e ferramentas, sistemas e infraestrutura. A área de Gerenciamento de Risco de Mercado (MRM - Market Risk Management) exerce uma função específica de gerenciamento de risco de mercado e de IRBB, atuando de forma independente das áreas de Negócios. A área de MRM monitora continuamente os níveis de risco de mercado, através de relatórios que são gerados com diversas métricas de gerenciamento, como as sensibilidades, os valores referenciais das operações e testes de estresse da carteira.

c. Risco de crédito
 O Banco possui políticas e estratégias visando minimizar o risco decorrente de crédito. Os limites de crédito são revisados regularmente. A mensuração e o acompanhamento da exposição ao risco de crédito, abrange todos os instrumentos financeiros capazes de gerar risco de contraparte, tais como títulos privados, derivativos, garantias prestadas e eventuais riscos de liquidação das operações.

d. Risco de liquidez
 O Banco gerencia o risco de liquidez concentrando sua carteira em ativos de elevado grau de qualidade e liquidez. Os eventuais descaamentos entre ativos e passivos são monitorados, considerando o impacto de condições extremas de mercado. O processo de gerenciamento contempla o acompanhamento da composição dos recursos disponíveis, o cumprimento do nível mínimo de liquidez e do plano de contingência para situações de estresse.

e. Risco Socioambiental
 Em atendimento à Resolução CMN nº 4.327 de abril de 2014, o Banco implementou uma política de gerenciamento de risco socioambiental que apresenta padrões consistentes para a identificação, avaliação, gerenciamento de apontamentos de risco socioambiental que possam surgir em transações com clientes do Grupo DB. A política segue as diretrizes instituídas para controle de risco reputacional do Grupo Deutsche.

f. Estrutura de gerenciamento de capital
 O Banco segue políticas e procedimentos específicos para gestão de capital com o objetivo principal de garantir que o Banco mantenha o nível de capital adequado a partir das perspectivas econômicas, regulatórias e siga as melhores práticas administrativas.

Elaine Nascimento
 Contadora - CRC 1SP 201003/O-6

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução
 Em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.198/04, o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão ("Banco"), instituiu o Comitê de Auditoria ("Comitê"). As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração do Banco, da Auditoria Externa, da Auditoria Interna e dos demais comitês corporativos assim como nas suas próprias análises.

Atividades do Comitê
 Compete ao Comitê zelar pela integridade e qualidade das demonstrações contábeis do Banco e de suas controladas, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria externa e da auditoria interna, pela efetividade das atividades de responsabilidade da Ouvidoria e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos. Nesse contexto, o Comitê reuniu-se, no mínimo, trimestralmente durante o 2º semestre de 2018 e realizou a reunião de encerramento no dia 19 de março de 2019.

Sistema de Controles Internos e Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas
 O Comitê considera que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais, estão definidos e continuam sendo praticados de acordo com as orientações corporativas. O Comitê, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos de auditoria interna e nos relatórios produzidos

pela auditoria externa, bem como devidamente suportado pelas informações e relatórios dos comitês corporativos do Banco, conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade do Banco.

Auditoria Externa
 O Comitê discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras relativas ao 2º semestre de 2018. Os principais pontos discutidos relacionaram-se com as práticas contábeis, recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos, assim como da apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas pela Auditoria Externa, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras.

Auditoria Interna
 Com relação aos trabalhos da Auditoria Interna, o Comitê revisou o planejamento e os trabalhos realizados, bem como os relatórios produzidos, verificando e acompanhando as recomendações. O Comitê entendeu que a cobertura e qualidade dos trabalhos da Auditoria Interna ao longo do 2º semestre de 2018 foram realizadas apropriadamente, em linha com as avaliações anteriores.

Ouvidoria
 O Comitê analisou o relatório acerca da atuação da Ouvidoria ao longo do 2º semestre de 2018, o qual contém o resumo das reclamações feitas no semestre, comparativamente ao 2º semestre

de 2017. O Comitê concluiu que o trabalho atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN nº 4.433/15.

Demonstrações Financeiras
 O Comitê reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de Contabilidade, Controles Internos e Auditorias Interna e Externa, para análise das demonstrações financeiras relativas ao 2º semestre de 2018. Foram discutidos e revisados os principais aspectos relativos à preparação e apresentação de tais demonstrações, incluindo a análise das principais práticas contábeis e o atendimento pelo Banco dos regulamentos e da legislação aplicável. O Comitê constatou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária brasileira, bem como às normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Conclusão
 Com base nas considerações acima, e em decorrência dos trabalhos e avaliações realizados, o Comitê entende que as demonstrações contábeis apresentadas para o encerramento do 2º semestre de 2018 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis vigentes e recomenda sua aprovação à Diretoria Executiva.

São Paulo, 19 de março de 2019

Original assinado pelos membros estatutários do Comitê.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão
 São Paulo - SP

Opinião
 Examinamos as demonstrações financeiras do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
 A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Diretoria. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Diretoria e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Diretoria e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Diretoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
 A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
 Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a